



CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA



CONTRATO CFO Nº 020/2023

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA, QUE ENTRE SI CELEBRAM O CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA E A TECNOGERA - LOCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA SA.

CONTRATANTE: CONSELHO FEDERAL DE ODONTOLOGIA, com sede no Setor de Habitações Individuais Norte – Lago Norte – Quadra CA-07 – Lote 02 – Brasília/DF, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.919.643/0001-28, representado pelo seu Presidente, o Senhor **Juliano do Vale**, brasileiro, casado, cirurgião-dentista, CRO-TO 539, inscrito no CPF/MF sob o nº 451.715.301-06.

CONTRATADA: TECNOGERA - LOCAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA SA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.100.057/0001-74, estabelecida na Avenida Robert Kennedy, n 615 e 625, bloco 1, Bairro Planalto, São Bernardo do Campo, São Paulo, CEP 09862 172, representada por seu representantes legais, Senhor **Paulo Renato Gomes Alves**, brasileiro, casado, administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.382.549-4 SSP/SP e CPF/ME sob nº 226.000.598-57 e Senhora **Lais da Silva Souza**, brasileira, solteira, especialista de licitações, portadora da Cédula de Identidade RG nº 56.423.100-9 SSP/SP e CPF/MF nº 044.296.335-17.

As CONTRATANTES têm entre si justo e avençado, e celebram o presente contrato, instruído no Processo de Compra nº 0551/2023 (Pregão Eletrônico nº 05/2023), mediante as cláusulas e condições que se seguem:



CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Prestação de serviços de locação de gerador de energia, em conformidade com os padrões técnicos contidos no Termo de Referência, para atender o Conselho Federal de Odontologia.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

1. Especificação detalhada do objeto e serviço

DESCRIÇÃO	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA
<p><u>Item 1</u> Locação Gerador de Energia</p>	<p>4.1 Especificações técnicas do Gerador:</p> <p>4.1.1 Gerador Diesel;</p> <p>4.1.2 Deverá suportar potência de no mínimo 240 kVA (Emergência);</p> <p>4.1.3 Deverá suportar potência de no mínimo 220 kVA (Principal);</p> <p>4.1.4 Trifásico;</p> <p>4.1.5 Fator de potência: 0.8;</p> <p>4.1.6 Tensão 380/220 200 Vca em 60 Hz;</p> <p>4.1.7 Funcionamento singelo e automático;</p> <p>4.1.8 Brushless (Sem escovas);</p> <p>4.1.9 Classe de isolamento: H;</p> <p>4.1.10 Impregnação a vácuo;</p> <p>4.1.11 Ligação estrela com neutro acessível;</p> <p>4.1.12 Excitatriz rotativa e regulador eletrônico de tensão;</p> <p>4.1.13 Grau de proteção IP-21;</p> <p>4.2. Sobre o motor:</p> <p>4.2.1. Modelo NEF67-TM6;</p> <p>4.2.2. 6 cilindros;</p> <p>4.2.3. Partida em 12 Vcc;</p> <p>4.2.4. Sistema de pré-aquecimento permitindo a rápida disponibilização do motor para a carga;</p> <p>4.2.5. Consumo máximo de 40.1 L/h com 100% da carga;</p> <p>4.3. Quadro de Comando Automático:</p> <p>4.3.1. Microcontrolador Deep Sea Modelo 4520;</p> <p>4.3.2. Operação automática e manual;</p> <p>4.3.3. Dotado de disjuntor de proteção;</p> <p>4.4. Chave de transferência:</p> <p>4.4.1. Contadores tripolares na capacidade de 350 A;</p> <p>4.5. Contêiner Super Silenciado Leve (SSL);</p> <p>4.5.1. Nível máximo de ruído 75 dB (Decibel);</p> <p>4.5.2. Tanque de polietileno;</p> <p>4.5.3. Capacidade de no mínimo 200L;</p> <p>4.5.4. Perfil de aço galvanizado com pintura eletrostática na cor branca.</p>



	<p>4.6. Obrigações;</p> <p>4.6.1. Deverá realizar todas adaptações, obras, instalações, operações, manutenções corretivas e preventivas, abastecimentos, garantias da solução ofertada bem como assinatura de um engenheiro civil e elétrico aprovando que a capacidade ofertada atende à todos os requisitos do conselho, bem como se o local a ser instalado será capaz de sustentar o peso do mesmo conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas nos itens acima;</p> <p>4.7. Abastecimento:</p> <p>4.7.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o abastecimento de diesel;</p> <p>4.8. Previsão de utilização:</p> <p>4.8.1. Considerar pelo menos 12 (doze) horas mensais;</p> <p>4.9. Manutenção:</p> <p>4.9.1. A manutenção corretiva deverá ser realizada em um prazo de até 12 (doze) horas;</p> <p>4.10. Instalação:</p> <p>4.10.1. A empresa CONTRATADA terá um prazo de 30 dias para realizar a instalação após a emissão da ordem de início.</p>
--	--

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

1. Pela prestação dos serviços a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), mensais, representando R\$132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais) para 12 (doze) meses, conforme demonstrativo abaixo:

EQUIPAMENTO				
ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Serviços de locação gerador de Energia de no mínimo 220KVA, todas adaptações, obras, instalações, operações, manutenções corretivas e preventivas, garantias da solução ofertada bem como assinatura de um engenheiro civil e elétrico aprovando a capacidade ofertada bem como se o local a ser instalado será capaz de sustentar o peso do mesmo. <u>Conforme especificação detalhada constante no item 4 do Termo de Referência.</u>	01	R\$ 11.000,00	R\$ 132.000,00
Valor Total para 12 meses.				R\$ 132.000,00



2. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive frete, transporte, tributos, encargos sociais, trabalhistas, comerciais, seguros e outras necessárias ao cumprimento integral do objeto contratado.
3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à CONTRATADA dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E EMPENHO

1. As despesas decorrentes deste objeto estão previstas na Nota de Empenho nº 2322, sob a Rubrica nº 6.2.2.1.1.01.04.04.004.007 - Locação de Equipamentos e Materiais Permanentes.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

1. As condições de pagamento estão previstas no item 19 do Termo de Referência (Anexo I do Edital).

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

1. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse da CONTRATANTE até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme disposição contidas no art. 57, II da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

1. As obrigações da CONTRATANTE são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I (item 11).

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA



1. As obrigações da CONTRATADA são as estabelecidas no Termo de Referência – Anexo I (item 12).

CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. As sanções administrativas estão contempladas no Termo de Referência – Anexo I (item 17).

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES

1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666/1993, em especial:

1.1. Para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato.

3. As **supressões** resultantes de acordo **celebrado entre as partes contratantes** poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

1. Decorridos 12 (doze) meses da data limite para a apresentação da proposta, o valor correspondente aos serviços poderá ser reajustado, a pedido da contratada,

aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA – acumulado no período.

- a. Para fins do cálculo do reajuste anual, será sempre utilizado o índice (IPCA) do mês anterior ao dos marcos inicial e final.
- b. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- c. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

1.1 Será admitida, por solicitação da Contratada, a repactuação dos preços dos serviços, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, e demonstrada de forma analítica a variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada, com a apresentação de memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da Contratante, de acordo com o artigo 5º do Decreto nº 9.507/2018, e com os dispositivos aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 05/2017.

1.1.1 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão-de-obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

1.2 A repactuação não poderá alterar o equilíbrio econômico-financeiro original do contrato.

1.2.1 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.



CONSELHO
FEDERAL DE
ODONTOLOGIA



1.2.2 O aumento dos custos da mão-de-obra decorrente de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deverá ser integralmente repassado ao preço repactuado, exceto na hipótese descrita no subitem abaixo.

1.2.3 O CFO não se vincula às disposições contidas em Acordos e Convenções Coletivas que não tratem de matéria trabalhista, tais como as que estabeleçam valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

1.3 O interregno mínimo de 1 (um) ano será contado:

1.3.1 Para a primeira repactuação:

- a) Para os custos relativos à mão-de-obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data da vigência dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b) Para os custos sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite constante do Edital para apresentação das propostas;
- c) Para os custos sujeitos à fixação de preços por órgãos governamentais, tais como os relativos ao transporte público: a partir da data do orçamento a que a proposta se referir.

1.3.2 Para as repactuações subseqüentes à primeira o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

1.4 O prazo para a Contratada solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subseqüente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão-de-obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

1.4.1 Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito.

1.4.2 Se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado na forma prevista neste Edital.

1.4.3 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido registrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, a Contratada deverá solicitar a inserção de cláusula no termo aditivo de prorrogação que resguarde o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo disponha daquele instrumento devidamente registrado, sob pena de preclusão.

1.5 A Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

1.6 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) A partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação.
- b) Em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras.
- c) Em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão-de-obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

1.6.1 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

1.7 A decisão sobre o pedido de repactuação deverá ocorrer no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

1.7.1 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

1.7.2 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

1.8 A concessão de repactuação observará as disposições da legislação vigente, em especial da Lei nº 8.666/1993, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05/2017 e dos Acórdãos do TCU nºs 1.563/2004 e 1.827/2008, ambos do Plenário.

1.9 Os componentes de custos apresentados em planilhas, por ocasião da abertura da licitação, serão referências para a análise da repactuação, não sendo admitida a inclusão de qualquer elemento de custo que não esteja previsto nos componentes apresentados inicialmente, salvo os decorrentes de obrigações legais criadas posteriormente à assinatura do contrato.

1.10 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

1. O não cumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Contrato ou a inobservância do Edital, seus anexos e das prescrições legais pertinentes aos contratos administrativos confere à CONTRATANTE o direito de rescindi-lo, conforme previsto na Seção V do Capítulo III da Lei nº 8.666/1993;

2. Caberá a rescisão do Contrato na ocorrência de quaisquer motivos relacionados no art. 78 da Lei nº 8.666/1993;

3. A rescisão do contrato poderá ser:

a. Determinada por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/1993;

b. Amigável, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração; ou

c. Judicial, nos termos da legislação.

4. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.
5. A rescisão administrativa ou amigável será precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DA VINCULAÇÃO AO EDITAL E À PROPOSTA

1. O presente contrato fundamenta-se na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 10.024/2019, subsidiariamente na Lei nº 8.666/1994, na Lei nº 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor – no que couber, vinculando-se aos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 05/2023 e seus anexos, constante do Processo de Compra nº 0551/2023, bem como à proposta vencedora da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

1. É vedado à CONTRATADA:
 - a. Caucionar ou utilizar este instrumento para qualquer operação financeira;
 - b. Interromper a execução do objeto contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Instrumento serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO

1. A CONTRATANTE providenciará, às suas expensas, a publicação deste Contrato, por extrato, no Diário Oficial da União até o quinto dia útil do mês



subsequente ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data, conforme previsto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

1. As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, em uma das varas federais da Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d”, da Constituição Federal.

E, para firmeza e validade do que foi pactuado, lavrou-se o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam um só efeito, as quais, depois de lidas, são assinadas pelos representantes das partes, CONTRATANTE e CONTRATADA.

Brasília – DF, _____ de _____ de _____.

CONTRATANTE
JULIANO DO VALE:45171530106
 Assinado de forma digital por
 JULIANO DO VALE:45171530106
 Dados: 2023.08.17 09:27:23 -03'00'

Juliano do Vale
 PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL
 DE ODONTOLOGIA

Pela CONTRATADA
PAULO RENATO GOMES ALVES:22600059857
 Assinado de forma digital por
 PAULO RENATO GOMES
 ALVES:22600059857
 Dados: 2023.08.14 19:15:27 -03'00'

Paulo Renato Gomes Alves
 TECNOGERA - LOCAÇÃO E
 TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA SA
LAIS DA SILVA SOUZA:04429633517
 Assinado de forma digital por
 LAIS DA SILVA
 SOUZA:04429633517
 Dados: 2023.08.15 10:07:57
 -03'00'

Lais da Silva Souza
 TECNOGERA - LOCAÇÃO E
 TRANSFORMAÇÃO DE ENERGIA SA

TESTEMUNHAS:

Nome:
 CPF:
 Identidade:

Nome:
 CPF:
 Identidade:

SHIN CA 7 Lote 2 – Lago Norte
 71.503-507–Brasília - DF
 Tel: (61) 3033-4499

E-mail: licitacoes@cfo.org.br / Site: www.cfo.org.br

